

Ecosocialismo e a contribuição de seu ideário político: o Manifesto Ecosocialista Internacional*

*Joçimar Paes de Almeida***

Resumo. Nosso objetivo busca compreender historicamente as origens dos argumentos que contribuíram para o ideário político ecosocialista e que, depois, vieram a se expressar no Manifesto Ecosocialista Internacional. Desta forma, selecionamos alguns autores e obras que contribuíram na criação de importantes noções que se conjugam no manifesto. Alcançar um exercício de conjugação desta trajetória conceitual de forma a escolher as ideias de alguns de seus expoentes e contextualizar historicamente suas produções apresenta-se como uma possibilidade de colaborar na criação e fundamentação de um campo político em que converge a compreensão do funcionamento da sociedade como um subsistema da natureza.

Palavras-chave: História política; História da ciência; História ambiental.

Eco-socialism and the contribution of its political idealist stance: The International Eco-socialist Manifesto

Abstract. The origins of the arguments that contributed towards the eco-socialist political stance, later expressed in the International Eco-socialist Manifesto, are discussed. Several authors and their works have been chosen. They have contributed in the establishment of important notions inserted in the Manifesto. The selection of the conceptual trajectory to capture the ideas of their exponents and contextualize historically their production is a possibility of collaborating in the foregrounding of a political field in which the comprehension of the functioning of society as a sub-system of nature converges.

Keywords: Political History; History of Science; Environmental History.

* Artigo recebido em 14/08/2014. Aprovado em 20/03/2015.

** Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da UEL, Londrina/PR, Brasil. E-mail: jozimar@sercomtel.com.br

Eco socialismo y la contribución de su ideario político: El Manifiesto Eco Socialista Internacional

Resumen. Nuestro objetivo es comprender históricamente los orígenes de los argumentos que conformaron el ideario político eco socialista y que, después, se expresaron en el Manifiesto Eco Socialista Internacional. Así, seleccionamos algunos autores y obras que contribuyeron a la creación de importantes nociones que se conjugan en dicho manifiesto. Al realizar el ejercicio de conjugación de dicha trayectoria conceptual, seleccionando las ideas de algunos de sus exponentes y contextualizando históricamente sus producciones, se presenta como una posibilidad de colaborar en la creación y fundamentación de un campo político en el que converge la comprensión del funcionamiento de la sociedad como un subsistema de la naturaleza.

Palabras Clave: Historia Política; Historia de la Ciencia; Historia Ambiental.

Prólogo¹

A crítica romântica alertou sobre os perigos da ilusão cientificista e da política totalitária e como antídoto, embalada nos sons da Lyra, ensinou a utopia no tempo de Kairos.

A Segunda Guerra Mundial findou em 1945 dando início a um período com fenômenos históricos criadores de inúmeras circunstâncias que nos possibilitam compreender o contexto em que se forjou a participação de movimentos sociais em causas ambientais de conteúdo político social. O tema, que ao advir da ecologia política, abriu espaço para aquilo que passou a se denominar ecossocialismo.

A derrota dos países do eixo, a Itália fascista, a Alemanha nazista e o Japão pelos aliados, colocou em pauta mundial a tensão geopolítica inerente de sistemas econômico-sociais do capitalismo, capitaneado pelos EUA, e do socialismo, pela URSS. A divisão bipolar do mundo entre esses dois eixos de influência marcaram constantemente guerras em vários continentes,

¹ Pesquisa realizada no estágio de pós-doutorado em história na USP/SP, supervisionado pela Prof^ª. Dr^ª. Maria Amélia Mascarenhas Dantes.

principalmente na África e Ásia, com disputas indiretas pela ocupação e conquista de países e regiões estratégicas e, que possuía riquezas a serem exploradas pelas grandes corporações.

A Guerra Fria (MUNHOZ, 2004), assim denominada por não haver ocorrido nenhum conflito direto entre as duas potências, ocasionou uma corrida armamentista de alto poder, tendo em vista a existência de artefatos nucleares, que foram submetidos a inúmeros testes atômicos de elevado alcance destrutivo em regiões distantes dos principais países possuidores desses artefatos bélicos. A Europa teve grande parte de seu território, infraestrutura, população e floresta devastada no conflito mundial que tinha se findado e viveu sob um grande medo de uma nova guerra, a qual, desta vez, colocava em risco de extinção até da vida na Terra por conta da possibilidade de devastação dos mísseis.

Esse aspecto de corrida competitiva alçou as alturas, com satélites e viagens espaciais, por exemplo, com o primeiro ser vivo a orbitar o planeta em 1957, a cadela *Laika*, a bordo do satélite soviético *Sputnik*, na sequência o primeiro ser humano a realizar tal feito, o soviético Yuri Gagarin, em 1961, declarando: “A Terra é Azull”, até o primeiro homem a pisar na lua, o estadunidense Neil Armstrong, em 1969, expressando essa conquista: “Um pequeno passo para um homem, um grande salto para a humanidade”.

A corrida espacial, nuclear e de aumento da produtividade industrial, amparada na ciência e técnica subsidiadas pelas grandes corporações e pelo estado capitalista e socialista, adentrou o microcosmo atômico indo ao macrocosmo do espaço. Isso obteve o efeito de ampliar significativamente, pela tecnologia, a velocidade e a quantidade da transformação dos denominados recursos naturais em mercadorias.

Tal impacto do capitalismo pós-guerra ampliou substancialmente a produção e o consumo de energia baseada nos derivados de petróleo, bem

como o conjunto de aplicações de insumos agrícolas provenientes desse aparato produtivo que se tornou mítico, isto é, por ter se convertido em modelo dominante a ser seguido de forma incontestável. No entanto, pode se notar que essa atividade provocou, além dos elevados índices de produção, também a degradação e desertificação e, com isso, a extinção de espécies.

Os elevados padrões de consumo de grande parte das populações dos países industriais construíram culturalmente uma escala que mensuram e separam aqueles que venceram, por deter grande parte dos bens materiais, mercadorias, provenientes de todo o planeta, daqueles que delas foram expropriados. A ideia que fundamenta isto é a de que:- quem conquistou tais benefícios o fez por mérito do trabalho e da ciência e, para aqueles que não o atingiram, foi por não terem competência para tal.

Assim, o argumento que dá validade à exploração é visto, por aqueles que participam de sua ótica, como neutro e vinculado aos esforços individuais. Desta forma, se faz desaparecer o conflito propriamente dito e a opressora relação socioeconômica, imposta pela violência aos povos dominados.

O rompimento causado por essa lógica produtivista, da velocidade biológica dos ciclos produtivos e reprodutivos que se baseiam em condições orgânicas naturais coloca em risco a continuidade das condições ambientais propícias para a manutenção da vida. A exaustão e a poluição de ambientes, rios, mangues, oceanos, florestas, levando consigo as extinções de espécies, se fizeram notar no planeta com mais ênfase em fins da década de 1940, quando, por exemplo, se realiza, em 1949, no Estado de Nova York, a Conferência Científica da Organização das Nações Unidas sobre a Conservação e Utilização de Recursos. No evento, os representantes das nações analisaram o problema do uso intensivo dos recursos globais, mas não estabeleceram acordos.

Depois, em inúmeras conferências mundiais promovidas pela ONU, debateram-se os problemas ambientais advindos do processo produtivo em vigor:

a) Conferência de Estocolmo, em 1972, conhecida como a primeira conferência mundial sobre o homem e o meio ambiente; nela, se reconheciam os problemas ambientais originados pela industrialização, a poluição e o esgotamento de recursos naturais em escala global. Países que não tinham construído e fortalecido o funcionamento de suas indústrias viram tal iniciativa como uma artimanha para deixá-los afastados do desenvolvimento;

b) a Conferência de Nairóbi, em 1982, com o objetivo de realizar um balanço da situação e de verificar os resultados da aplicação dos princípios anteriormente adotados, que concluiu que se precisava avançar no processo. Estabeleceram-se duas prioridades: a recuperação de áreas degradadas e a criação de unidades de conservação;

c) a Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e o desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, com a meta de promover conciliação do desenvolvimento socioeconômico com a conservação e proteção dos ecossistemas da Terra. Nela estabeleceu-se politicamente o conceito de desenvolvimento sustentável e elaborou-se um programa de atividades denominado Agenda 21, com a meta de alcançar um novo modelo de desenvolvimento ambientalmente racional;

d) o protocolo assinado em Kioto, no Japão, em 1997, por inúmeros países que se comprometeram a reduzir a emissão de gases poluentes oriundos em grande escala dos combustíveis fósseis; lembre-se, aqui, um modelo anterior de protocolo, que alcançou um relativo sucesso e que baniu os gases nocivos da camada de ozônio, o Protocolo de Montreal de 1987;

e) a 2ª Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, com o objetivo de implantar as propostas da Agenda 21; realizada em Johannesburgo, na

África do Sul, em 2002. Nela realizou-se um balanço da ECO-92 e tentou-se implantar um plano de ação composto por diversos temas em destaque: os recursos naturais e a sua utilização, a globalização, a miséria e a pobreza e o respeito aos direitos humanos;

f) a Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+20, de 2012, no Rio de Janeiro, realizou um balanço das propostas assumidas e dos comprometimentos políticos para o desenvolvimento sustentável e analisaram-se também novos desafios. No entanto, não foram definidos no documento oficial do evento, “O futuro que queremos”², quais os objetivos da sustentabilidade nem as metas a serem atingidas, deixando-os para serem criados a partir de 2015.

Em contraponto e desvinculado da Conferência dos Estados, realizou-se também nesse mesmo ano, 2012, o Fórum Social Mundial, evento criado em 2001 por movimentos sociais de vários países com o objetivo de construir e aprimorar alternativas para uma transformação social planetária. O fórum questiona as elites econômicas e reivindica uma mudança do modelo de desenvolvimento da sociedade em vigência por considerar que ele amplia as desigualdades sociais e destrói o ambiente. Também apresenta como alternativas:- formas de geração energética renovável, de utilização dos resíduos orgânicos, estabelecendo crítica, ao modelo de consumo e à opressão aos povos indígenas.

Assim, nesse contexto histórico se imbricam de forma dinâmica o modelo de produção socioeconômica capitalista, com suas grandes corporações financeira, industrial e científica, e também os Estados, administrados por governos serviçais da hegemonia desses interesses, que controlam suas forças armadas utilizadas, por sua vez, em benefício desse sistema. O ecossocialismo forjou-se como uma alternativa crítica de confronto a esse domínio e dele é proveniente o nosso *leitmotiv*.

² Disponível em: <http://www.uncsd2012.org/thefuturewewant.html>. Acessado: 22 jan. 2013.

1 Nosso objetivo, escolha de recorte documental e estratégia de análise

Nosso objetivo busca compreender historicamente as origens dos argumentos que contribuíram para o ideário político ecosocialista, e que, depois, vieram a se expressar no Manifesto Ecosocialista Internacional.³ Desta forma, selecionamos alguns autores e obras que contribuíram na criação de importantes noções que se conjugam no manifesto, que serão devidamente analisados no decorrer do trabalho, que se divide nos tópicos seguintes:- Primórdio Socialista no século XIX de compreensão da relação sociedade humana e natureza; a criação da ecologia como disciplina científica; a ecologia política e o ecosocialismo e o Manifesto Ecosocialista Internacional, seguidos pelas considerações finais.

No que diz respeito à autoria da ideia do manifesto, ela foi elaborada por Joel Kovel e Michel Löwy e redigida originalmente no painel sobre ecologia e socialismo, realizado em Vincennes, França, em setembro de 2001, assinado por inúmeras personalidades. Posteriormente, em 2002, foi publicado como editorial na revista *Capitalism, Nature, Socialism*.

Essa referência documental comporta um conjunto de noções sobre o ecosocialismo que são decorrentes de um ideário inicialmente assistemático, complexo e plural, construído ao longo do tempo por um amplo grupo de autores que aproximaram suas análises em diferentes momentos e de formas distintas.

O exercício de conjugação desta trajetória conceitual de forma a escolher as ideias de alguns de seus expoentes e contextualizar historicamente suas produções apresenta-se como uma possibilidade de colaborar na criação e fundamentação de um campo político em que converge a compreensão crítica do funcionamento da sociedade como um subsistema da natureza.

³ Para facilitar a consulta, sugerimos a versão do manifesto em português, disponível no site: http://www.terrazul.m2014.net/IMG/pdf/manifesto_ecosoc_int.pdf. Acessado: 31 out. 2012.

É necessário dizer que refutamos a interpretação de um determinismo natural, tendo em vista que adotamos como princípio a impossibilidade da cisão dicotômica do ser humano como parte da natureza. Essa natureza é por nós compreendida e dominada, segundo as atividades de nossa espécie; assim, consideramos que o conceito de natureza é essencialmente histórico, por ser elaborado em distintas sociedades e períodos.

A ideia de natureza - qualquer que seja o nome com o qual ela encontre, dependendo da época, um meio propício de expressão - afigura-se como um dos maiores obstáculos que isolam o homem do real, ao substituir a simplicidade caótica da existência pela complicação ordenada de um mundo (ROSSET, 1989, p.10).⁴

Assim, com nossa estratégia de compreensão teórico-metodológica, consideramos a atividade humana como a realização de um esforço compatibilizado de matéria e energia no qual, além de se apropriar das coisas dando a elas um molde, um sentido de apreensão e uso, também dirige neste processo uma aplicação de energia determinada no ambiente, isto é, pela ação humana.

Essa aplicação é realizada por intermédio de um processo dialético gerado pelo trabalho e potencializado pela ciência e técnica. Esse procedimento dá forma tanto à matéria natural exterior ao seu corpo, como também se transforma corporal e mentalmente num movimento dinâmico e reflexivo, enfim, um processo metabólico, que será, posteriormente, melhor evidenciado.

Ao processar e dar forma à matéria natural, a lógica produtivista imprime nela uma dominação sociocultural, estabelecendo um traçado no território, dominando fluxos de energia, selecionando espécies animais e vegetais, criando ambientes regidos por normas sociais. Enfim, a atividade

⁴ Consultar também a obra histórica que analisa como a ideia de natureza foi sendo construída no decorrer do tempo por diversas sociedades (COLLINGWOOD, 1986).

humana tenta dar uma arrumação ao meio ambiente, segundo sua cultura e instrumental tecnológico.

2 Primórdio socialista no século XIX de compreensão da relação sociedade humana e natureza

A compreensão do homem como ser histórico e biológico, portanto componente intrínseco da natureza, foi elaborada por autores socialistas no século XIX. No manuscrito de 1844, Marx considerava: “O fato da vida física e espiritual do homem estar vinculada à natureza não tem nenhum outro sentido a não ser que está vinculada consigo mesmo, pois o homem é uma parte da natureza” (*apud* SCHIMIDT, 1976, p.88). Não há essência separada da existência!

Também Engels nos advertia em sua obra de 1883, *A Dialética da Natureza*:

não podemos dominar a natureza como um conquistador domina um povo estrangeiro, como alguém situado fora da natureza; mas sim que lhe pertencemos, com a nossa carne, o nosso sangue, nosso cérebro, que está mais no meio dela; e que todo nosso domínio sobre ela consiste na vantagem que levamos sobre os demais seres de chegar a conhecer suas leis e aplicá-las corretamente (1979, p.224).

A ação de criação/transformação dirigida para determinados fins é denominada trabalho e o homem a exerce sobre e na natureza, portanto, também, sobre si mesmo. Essa atividade biofísica é dirigida pelo uso do raciocínio cultural proveniente de suas condições históricas específicas. Assim, por intermédio dessas atividades, o homem enforma a natureza, segundo as suas noções e seus instrumentos e se transforma biofisicamente e mentalmente.

Marx constrói a sua definição de trabalho na mediação entre homem e natureza. Em seguida, no segundo parágrafo, define a ação de apropriação da natureza como processo de trabalho:

antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertinentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.

(...)

[Processo de trabalho] é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas, condição universal do Metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais (1985, p.149; 153).

O processo de trabalho constitui-se em uma forma determinada de concretização da matéria natural, gerando o produto social. Dessa maneira, forma e matéria irão adquirir suas respectivas características em decorrência de suas relações instituídas como substâncias naturais, daí força humana natural e matéria natural.

As atividades humanas realizam-se na natureza estabelecendo um procedimento que pode vir a se tornar de elevada degradação ambiental, pois não retiram somente o que precisam para sua reprodução física, mas também para satisfazer necessidades que são socialmente fabricadas. Essas necessidades são criadas com o desenvolvimento da complexidade socioeconômica e cultural das sociedades e com o crescimento da divisão e da estratificação social no interior dos grupos humanos.

Assim, o impacto ambiental modifica-se historicamente de acordo com o modo e organização de produção, a estruturação de classes, o aparato tecnológico e o universo cultural de cada sociedade.

3 Criação da ecologia como disciplina científica

Enquanto os autores que escolhemos como expoentes do nascente socialismo no século XIX apresentam suas compreensões sobre as relações

homem-natureza, no mesmo período e no campo dos estudos científicos da biologia, em 1866, Ernest Haeckel propôs a criação de uma nova disciplina científica, que teria como objetivo estudar as complexas e dinâmicas relações instituídas entre as espécies animais e o seu ambiente orgânico e inorgânico. Formulou, então, o termo ecologia, compreendendo-a como a ciência – *Logos*, que estuda a casa, derivado da palavra grega *Oikos*.

O referido sistema natural constituiu-se por um complexo relacionamento desordenado, interativo, dinâmico e constante de energia e matéria nos meios físico e biológico, possuidor de uma capacidade reprodutiva e auto-organizativa que lhe permite a geração e manutenção da vida.

O campo científico da ecologia privilegiou como objeto de estudo, em seus momentos iniciais, a compreensão dos processos naturais estabelecidos nas correlações biofísicas dos seres vivos. Os elementos naturais que integram e forma esse complexo ecossistema são constantemente reabsorvidos em ciclos vitais, como os do carbono e da água, produzindo na circulação um equilíbrio autorregulado, inclusive quanto à temperatura, propiciado pela ampla diversidade de elementos e pela interdependência entre eles. Dessa forma, reconhece-se a importância de entender o funcionamento do sistema pela articulação de todos os elementos que o compõem.

Quando ocorrem rupturas no funcionamento desse movimento natural em um ambiente, elas podem ter sido provocadas tanto por fenômenos naturais, como vulcões ou quedas de asteroides, quanto por ações humanas de elevado impacto. A continuidade da sustentação ambiental é prejudicada, correndo o risco de se ocasionar uma destruição de elevada magnitude, podendo até ocorrer a extinção de espécies.

Tais fenômenos naturais e sociais ocorreram no planeta em diversos momentos, sendo que, atualmente, o sistema produtivo capitalista industrial de elevada intensidade e velocidade de consumo de energia e de elementos

naturais, desequilibra a velocidade da reabsorção desses elementos transformados no processo econômico-social, o que coloca em risco a manutenção da estabilidade do ecossistema.

A ecologia nos apresenta uma valiosa contribuição, ao ponderar sobre o processo produtivo social pelo viés do segundo princípio da termodinâmica, que trata da velocidade de dispersão energética, definido como entropia. De tal modo, Sadi Carnot

afirma-nos que a energia não pode passar livremente de uma forma para a outra, e que a energia térmica (o calor) pode transferir-se livremente de uma fonte quente para outra fria, mas não em sentido oposto. "também" que não pode existir uma máquina que transfira calor de um corpo frio para outro quente sem dispensar trabalho (*apud* TIEZZI, 1988, p.22).

Ora, tendo em vista o reconhecimento desse processo, podemos avaliar que a natureza é um exemplo de aperfeiçoamento do equilíbrio homeostático pela dinâmica de funcionamento do ecossistema que sofre o processo entrópico de dispersão energética e atinge as cadeias alimentares. No entanto, com a criação do sistema produtivo industrial, a atividade entrópica foi acelerada progressivamente.

A ecologia ampliou o seu campo de atuação, não mais se detendo apenas nas análises físico-naturais, e adentrou o campo social e da política e, nesse campo, com a contribuição do socialismo, reinaugurou a condenação ao capitalismo pela sua prática consumista e pela sua concepção de desenvolvimento ligado ao crescimento da produção, bem como ao papel da ciência e da técnica, que se tornaram instrumentos de um processo de dominação e degradação ecossocial.

4 A ecologia política e o ecossocialismo

Destacamos a existência no campo da ecologia política de tendências ecocapitalista e ecofascista. A primeira postula que há solução

para os problemas ambientais pela economia capitalista que encontraria as respostas desses problemas pela livre ação do mercado pela ciência e pela técnica. Como salienta Castello Branco,

as prioridades do imperialismo constituem a formação de contingentes para um exército nacional de reserva que trabalhe a construção da ideia de um “capitalismo sustentável” sob a égide de uma cultura desenhada por intelectuais orgânicos e burocratas dos sistemas ambientais (2003, p.13).

Os adeptos dessa convergência ganham destaque nas instituições científicas e na mídia por induzir o receptor da mensagem à ilusão de que seus argumentos pelo caráter científico seriam neutros e isentos de valorização ideológico-política, como se os objetivos destas instituições estivessem ocultos. “o rabo que abana o cachorro!” Comentamos a segunda perspectiva do ecofascismo nos parágrafos mais a frente.

O pensador Jean-Pierre Dupuy, em sua obra de matiz socialista, sobre a ecologia política, nos aponta para a inserção da análise sobre o modo industrial de produção que caracterizou parcela considerável dos nascentes movimentos sociais dos ecologistas:

diversos nos seus engajamentos assemelham-se mais por suas recusas do que por suas posições concretas. Suas recusas são globais e freqüentemente sem matizes: criticam o modo industrial de produção e não somente as relações sociais capitalistas, não se limitam a criticar o uso capitalista que é feito das técnicas, mas acusam as próprias técnicas. Não lhes basta reconhecer a luta de classes e denunciar a exploração do homem pelo homem: têm de revelar também a guerra de todos contra todos que se esconde por trás das ‘leis econômicas’, e designar uma alienação mais radical e geral que a simples expropriação da mais valia (1980, p.23).

O reconhecimento de que tais movimentos sociais ecológicos, mesmo sendo diversos em suas aliciações, aproximam-se em grande parte por rejeitarem o modo industrial de produção com as suas inerentes relações sociais, aprofunda a crítica sobre as técnicas, como instrumento de

domínio e exploração. Em decorrência, amplia-se o contexto da luta de classes alegando a existência de uma alienação mais profunda do que a mera desapropriação da mais valia: a violenta luta de todos contra todos. O individualismo possessivo fundando a egolatria!

Nessa última perspectiva crítica, Herbert Marcuse contribuiu com sua abordagem sobre o tema somando a análise política de crítica ao capitalismo com a perspectiva psicológica individual, buscando sobrepujar a energia de Tânatos pela de Eros.

El movimiento ecologista se revela en el último análisis como un movimiento de liberación política y psicológica. Es político porque se enfrenta al poder concertado del gran capital, cuyos intereses vitales este movimiento amenaza. Y es psicológico porque [...] la pacificación de la naturaleza externa, la protección del entorno de la vida, pueden pacificar a la naturaleza interna de los hombres y las mujeres. Un ambientalismo exitoso subordinará, dentro de los individuos, la energía destructiva a la erótica (MARCUESE, 1993, p.78).

O movimento ecologista tem como fundamento político o alinhamento com outros grupos como, por exemplo, pacifista, contracultura, luta contra o grande capital, pelos valores e interesses que apoiam o funcionamento desse sistema; na guerra de todos contra todos, o que importa é vencer e essa conquista se realiza individualmente. Este procedimento arraigado na vida social transforma destrutivamente as condições que sustentam a vida amorosa e acolhedora que ampara e revigora harmoniosamente a coletividade humana, tal como Eric Fromm nos alertava em suas obras: *ter ou ser?* e *anatomia da destrutividade humana* (1979).

Apesar de se constatar um alinhamento dos ecologistas em relação a um posicionamento crítico referente ao modo industrial capitalista de produção, isso não significa que sejam todos socialistas. Enzensberger (1974) contribuiu para nos esclarecer certas distinções necessárias que podem confundir

uma análise superficial da luta de movimentos ambientais e de discursos científicos que expressam a exigência de um meio ambiente limpo.

Ele nos lembra do fascismo italiano e do nazismo alemão, que inverteram o signo dessas reivindicações e as instrumentalizaram em benefício do capital, daí o ecofascismo, com o seu discurso de a limpeza social e de pureza étnica transformar, em destruição das diversidades político-sociais, culturais e étnicas.

No que diz respeito aos discursos científicos que postulam uma neutralidade social recorrendo à estratégia de argumentação demonstrativa científico-natural, Enzenberg considera que estudos como os realizados pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT) e do Clube de Roma revelam uma estratégia capitalista, seja estatal ou de grandes empresas, que criaram corporações científicas privadas ou estatais e direcionaram as finalidades de seus estudos por meio de polpudas verbas que aliciaram cientistas e alicerçaram todo um conjunto produtivo nesta área: laboratórios, insumos, prédios, instalações, equipamentos, bolsas e publicações.

Löwy também contribui sobre esse tema:

A sua principal fraqueza [ecologia política europeia] é ignorar a conexão necessária entre o produtivismo e o capitalismo, o que leva à ilusão do “capitalismo limpo” ou de reformas capazes de lhe controlar os “excessos” (como por exemplo, as eco-taxas). [...] Uma ecologia que não se dá conta da relação entre “produtivismo” e lógica do lucro está fadada ao fracasso – ou pior, à recuperação pelo sistema (2005, p.46).

Portanto, por diversos caminhos que procuram analisar o sistema social vigente é que se constrói o conjunto ideário do ecosocialismo a partir de fins da década de 1960, que procura esclarecer a relação entre produtivismo e capitalismo em seus aspectos econômico-sociais, bem como da crítica aos aspectos psicológicos e a uma visão ingênua de neutralidade da ciência e da técnica.

O ideário ecossocialista considera que o sistema social capitalista em vigência tinha se constituído amparado pela aplicação da ciência e tecnologia com a finalidade produtivista de ampliação da velocidade e quantidade de produção de mercadorias, desta forma com alto grau poluidor ao meio ambiente e também destruidor da qualidade de vida da população.

Alguns dos precursores desse ideário, como, por exemplo, André Gorz (1993), Cornelius Castoriadis e Daniel Cohn-Bendit (1981) e Edward P. Thompson (1985), também criticaram, de forma enfática, o socialismo estatal soviético por ter intensificado o mesmo modelo industrial do processo produtivo capitalista, com o agravante da ausência do funcionamento do aparato democrático, que podia ao menos exercer algum controle regulador dos efeitos poluidores.

Os seus argumentos foram produzidos apoiando-se em uma lógica ecológica e de viés socialista que prioriza a crítica dos problemas ambientais como advindos da racionalidade capitalista por esta impor a alienação e exploração do trabalhador, e a acumulação e concentração crescente do capital, ampliando o lucro e incentivando o consumismo.

André Gorz compila e sintetiza princípios dessa crítica ecossocialista:

1. A reestruturação ecológica da sociedade exige que a racionalidade econômica seja subordinada a uma racionalidade eco social. Essa subordinação é incompatível com o paradigma capitalista da maximização do rendimento e do lucro [...].
2. Se, a reestruturação ecológica da economia deva resultar não mais de um dirigismo tecnocrático e autoritário, mas da reconstituição de um mundo vivido, no decréscimo da produção de mercadorias e de serviços de mercado deverá ser realizado graças a uma autolimitação das necessidades compreendendo-se ela mesma como uma reconquista da autonomia, quer dizer graças a uma reorientação democrática do desenvolvimento econômico, com redução simultânea da duração e extensão do trabalho, favorecida por equipamentos coletivos ou comunitários, das

possibilidades de autoprodução cooperativa ou associativa (1993, p. 38-39).⁵

O autor considera, assim, a impossibilidade da subordinação de uma racionalidade eco social ao paradigma da racionalidade capitalista dos rendimentos e do lucro e, também, da necessidade de se enfrentar o dirigismo tecnocrático por meio da aplicação da forma de gestão social democrática e autônoma em benefício da coletividade.

Gorz pondera também sobre a necessidade de um decrescimento da produção de mercadorias e de serviços de mercado que deve se realizar levando em conta as necessidades definidas pela coletividade, compreendendo que essa redução deva atingir a duração do trabalho e a sua extensão, possibilitando um melhoramento dos equipamentos de uso da coletividade.

Ao aproximar-se a essa perspectiva ecológica autonomista, destaca-se a vertente libertária, com sua crítica às formas de gestão do Estado, pelo viés técnico-burocrático e centralizador, posicionando-se favoravelmente aos princípios de uso comunal da propriedade e organização democrática e descentralizada da sociedade.

Os ecosocialistas libertários são contrários à gestão da sociedade submetida ao livre mercado e também a sua planificação e centralização de características tecnofascista. Dessa forma, defendem como fundamento a autonomia dos trabalhadores na produção e controle de suas atividades,

⁵ Tradução livre de: ¹⁰ La restructuration écologique de la société exige que la rationalité économique soit subordonnée à une rationalité éco-sociale. Cette subordination est incompatible avec le paradigme capitaliste de la maximisation du rendement et du profit. [...]. ²⁰ Si la restructuration écologique de l'économie doit résulter non pas d'un dirigisme technocratique et autoritaire mais de la reconstitution d'un monde vécu, la décroissance de la production de marchandises et de services marchands devra être réalisée grâce à une autolimitation des besoins se comprenant elle-même comme une reconquête de l'autonomie, c'est-à-dire grâce à une réorientation démocratique du développement économique, avec réduction simultanée de la durée du travail et extension, favorisée par des équipements collectifs ou communautaires, des possibilités d'auto-production coopératives ou associatives.

tomando como princípio o exercício da democracia direta e descentralizada com a finalidade do controle do produto social por eles criado, propiciando melhor qualidade de vida conjugada a condições ambientais saudáveis.

Murray Bookchin, por exemplo, se declarou com afinidades com os escritores anarquistas do passado e é reconhecido por apresentar em suas obras um conjunto de características que exprimem essa vertente política. Ele compreendeu a ecologia social como a integração de um ponto de vista coerente que visualiza a evolução natural da humanidade levando em conta a dialética, a emergência da opressão da hierarquia, se fundamentando nas análises realizadas pelo marxismo da Escola de Frankfurt em seus aspectos do racionalismo, do cientificismo e a instrumentalização da natureza e do homem. Elaborou uma visão utópica da educação, defendendo uma organização social descentralizada, confederada e estética, fundada em objetivos éticos de complementaridade (BOOKCHIN, 1993, p.80).

O autor comenta também que o capitalismo transformou a integridade da comunidade humana e desmantelou a noção clássica de “viver bem” ao nutrir constantemente um medo irracional de escassez material. Assim, estabeleceram-se critérios quantitativos que definem a “vida boa”, desmanchando as implicações éticas de “limite” (BOOKCHIN, 1991, p.261).

Desse modo, o questionamento que se concretiza perante as transformações ocorridas da noção de viver bem pelo sistema capitalista é: quanto de dinheiro, e o que, portanto, por meio dele se possa adquirir em mercadorias é necessário para se viver bem? A acirrada disputa no *ranking* entre os maiores bilionários do mundo ocupa os principais noticiários das agências internacionais de comunicação.

A economia capitalista é dirigida pelo imperativo crescer ou morrer! Advindo desse fundamento basilar, toda expansão do crescimento econômico, pela transformação em maior velocidade e quantidade dos

elementos naturais em mercadorias, representa o desenvolvimento. Celso Furtado (1996) desmistificou o postulado de que o desenvolvimento expresso como o padrão de vida dos povos ricos poderia ser alcançado e universalizado para todos os pobres, bastando que esses seguissem o exemplo e as sugestões dos países industrializados. Afirma que isso seria impossível tendo em vista que os custos provenientes da destruição seriam de elevada magnitude que inviabilizaria a própria civilização.

A escala de valores construídos e definidos pelo sistema sociopolítico hegemônico determina a balança, o metro, o *ranking* que mensura as coisas, assim, o Totem do desenvolvimento capitalista e, agora, continuam dominantes os argumentos rebuscados da ilusão da sustentabilidade. Não lhes faltam adeptos!

Joel Kovel afirma que: “o capitalismo é insustentável como um sistema total, não simplesmente por causa da superprodução, mas porque o que realiza no mundo inteiro é incompatível com o equilíbrio ecológico” (2011, p.262).⁶ Chris Willians (2010) referenda esta incompatibilidade do capitalismo com o equilíbrio ecológico, alegando que o sistema quebra os ciclos biogeoquímicos básicos da biosfera, por ser um sistema que pressupõe a contínua expansão de energia e recursos, para gerar poluição e desperdícios, com a contínua produção e adaptações de novas mercadorias, que devem ser vendidas para manter o funcionamento do sistema. Assim, declara:

a devastação ecológica não é um resultado acidental do desenvolvimento capitalista, mas um elemento intrínseco do sistema, e o integra da mesma maneira que a exploração de classe, a pobreza, o racismo e a guerra. O capitalismo nos aliena violentamente tanto de nós mesmos como, de nosso próprio planeta. O sistema capitalista transforma efetivamente o planeta em uma gigantesca máquina para a fabricação e a acumulação de quantias cada vez maiores de dinheiro. Matérias-primas, energia,

⁶ Tradução livre de: “Capitalism is unsustainable as a total system, not simply because it overproduces, but because the whole world it makes is incompatible with ecological balance.”

e os trabalhadores são o alimento desta gigantesca máquina de produção de lucro em taxas sempre crescentes (2010, p.230).⁷

O capitalismo possui como elemento intrínseco a devastação ambiental, bem como a exploração de classe e a guerra, produzindo a alienação humana que separa os indivíduos de uma comunhão de interesses como também de nosso planeta ao transformá-las em uma gigantesca máquina produtora de energia, matérias-primas, com o objetivo de transformá-los em uma acumulação infundável de dinheiro, a fim de obter o lucro constante e crescente.

O ponto comum em todos esses autores [ecomarxismo] reside em explicar a atual tragédia ambiental a partir de uma contradição que eles consideram impossível de ser resolvida nos marcos do capitalismo. Essa é a contradição entre, de um lado a necessidade de acumulação ilimitada de capital e, do outro, o fato de que os recursos do planeta são limitados por definição (FUSER, 2009, p.1).

A produção infinita de mercadorias para a acumulação ilimitada de dinheiro, condição visceral do capitalismo, também é questionada por Stahel (1995), que argumenta a impossibilidade da existência de uma sustentabilidade nesse contexto econômico social, tendo em vista a aplicação da noção de entropia no processo produtivo, isto é, o aumento inevitável da dispersão energética. Alega assim que os defensores dessa perspectiva estão prestando serviços à ideologia que legitima o capitalismo (ROEGEN, 1971).

Foster também contribui com esse assunto agregando ao reconhecimento do dispêndio intensivo de energia a contradição de o sistema não se utilizar intensivamente da mão de obra, ocasionando danos ao ambiente,

⁷ Tradução livre de: “Ecological devastation is not an accidental outcome of capitalist development but an intrinsic element of the system, just as integral as class exploitation, poverty, racism, and war. Capitalism forcibly alienates us both from ourselves and our own planet. The capitalist system effectively turns the planet into a giant machine for the manufacture and accumulation of larger and larger amounts of money. Raw materials, energy, and human workers are fed into the maw of this giant profit-making machine at ever-growing rates.”

ao emprego e ao bem-estar humano. O sistema é visto como eficiente nessa economia por gerar lucros ao invés de sustentar as pessoas e a terra.

O sistema é de uso intensivo de energia ao invés do uso intensivo de mão de obra, mesmos à custa do meio ambiente, emprego, e bem-estar humano. A eficiência econômica neste sistema de produção é compreendida como eficiência em gerar lucros em vez de sustentar as pessoas e a terra (FOSTER, 2009, p.22).⁸

Considera o autor, em *The Ecological Revolution*, que, na jornada histórica da humanidade, o modo dominante de produção é visto como inviolável, mesmo quando se coloca em questão a continuidade da existência da espécie humana. Dessa forma, a transformação no sistema de produção, baseado numa revolução na cultura e na economia, se torna essencial.

Essa mudança deveria se realizar na direção de se construir formas igualitárias e comunais de produção, distribuição, trocas e consumo, para romper a lógica da ordem social dominante por meio de relações socioecológicas, orgânicas e sustentáveis, diminuindo a brecha na relação metabólica do homem/natureza.

A definição do conceito de metabolismo é explicitada por Foster em sua obra *A Ecologia de Marx*:

A partir da década de 1840, e até os dias de hoje, o conceito de metabolismo tem sido usado como uma categoria chave na abordagem da teoria dos sistemas à interação dos organismos com o seu meio ambiente. Ele capta o complexo processo bioquímico da troca metabólica, através do qual um organismo (ou uma determinada célula) se serve dos materiais e da energia do seu meio ambiente e os converte por meio de várias reações metabólicas das unidades constituintes do crescimento. Além disso, o conceito de metabolismo é usado para referir aos processos regulatórios específicos que governam esta complexa troca entre os organismos e o seu meio ambiente (2005, p.226).

⁸ Tradução livre de: “The system is energy-intensive as opposed to labor-intensive, even at the cost of the environment, employment, and human welfare. Economic efficiency in this system of production is seen as efficiency in generating profits rather than sustaining people and the earth.”

Assim, podemos aplicar esse conceito visando entender o homem como organismo vivo que foi criado num complexo sistema dinâmico de troca, absorção e excreção de matéria e energia, inserido em um ecossistema planetário e cósmico que lhe possibilitou a vida. Ponderamos que, com a compreensão dos processos metabólicos, o ser humano pode tanto buscar regular e moldar seu corpo, como também impor suas atividades ao ambiente, amplificadas pela ciência e técnica, realizando assim mudanças substanciais no meio.

Por meio da atividade humana e de seu conhecimento, frutos de suas condições culturais, econômicas e sociais, é que se criam indústrias e seus equipamentos, molda-se a natureza exterior ao homem, dando forma nova aos elementos naturais: rios se transformam em lagos, mangues são aterrados, florestas são transformadas em campos de monocultura, montanhas são reduzidas a pó, oceanos são altamente impactados com a poluição. A ruptura no metabolismo dos fluxos e ciclos naturais, com suas temporalidades características, ocorre na sociedade capitalista, tendo em vista os objetivos de crescimento e de lucro, pilares que sustentam o sistema produtivo em vigor.

O ecossocialismo tem como meta construir e implantar alternativas a esse sistema; podemos constatar isso em Kovel:

Nós chamamos ecossocialismo àquela sociedade na qual a produção é levada a cabo, por meio do trabalho livremente associado e, com consciência ecocêntrica de meios e fins. Quando tal produção perpassa e domina a sociedade inteira, nós podemos chamar que esse modo de produção é ecocêntrico (2011, p.243).⁹

⁹ Tradução livre de: “We call ecosocialism that society in which production is carried out by freely associated labor and with consciously ecocentric means and ends. When such production takes hold across the society as a whole, we are able to call it a mode of production is ecocentric”.

Assim, a produção, atividade na qual a sociedade estabelece formas de relação de trabalho e de apropriação e transformação do ambiente, se realiza por meio do trabalho livre associativo e com consciência do funcionamento ecológico, portanto, do meio em que a sociedade se encontra inserida. Também em O'Connor,

mais especificamente, ecosocialismo é a crítica teórica das formas que relações de produção capitalistas influenciam ou, de outra forma, amoldam as forças produtivas (definidas como terra, energia, matérias-primas, tecnologia, maquinaria, habilidades de trabalho, organização do trabalho e outros meios e objetos de reprodução ou consumo). Também, ecosocialismo é a crítica prática dessas forças produtivas e reprodutivas definidas em termos das lutas de movimentos sociais para modificar ou abolir essas forças com base no uso de tecnologias alternativas, relações de trabalho, modos de transporte, arranjos de amizade e assim por diante (1997, p.332).¹⁰

Portanto, o ecosocialismo se alicerça na crítica teórica que envolve diretamente a compreensão do impacto realizado pelas formas e relações de produção capitalistas moldando um conjunto de elementos naturais e de produtos sociais, bem como o próprio trabalho em si. As lutas sociais e seus desdobramentos produzem e aplicam alternativas práticas ao sistema degradador em vigência.

Podemos notar parcela considerável dessas noções que construíram um ideário ecosocialista, se expressa no documento selecionado para essa constatação.

5 Manifesto ecosocialista internacional

O primeiro manifesto ecosocialista internacional foi redigido no painel sobre ecologia e socialismo em um evento realizado em 2001, na França, elaborado segundo a sugestão de Joel Kovel e Michel Löwy, com o apoio, por

¹⁰ Tradução livre de: “More specifically, ecosocialism is the theoretical critique of the ways that capitalist production relationships influence or otherwise shape the productive forces (defined as land, energy, raw materials, technology, machinery, labor skills, work organization, and other means and objects of reproduction or consumption). Also, ecosocialism is the practical critique of these productive and reproductive forces defined in terms of social movements/struggles to modify or abolish these forces on the basis of alternative technologies, work relationships, modes of transport, parenting arrangements, and so on”.

meio de subscrição, de inúmeras personalidades que podem ser verificadas segundo a indicação bibliográfica de nossa nota 3.

O conteúdo textual do documento escolhido se resume a seis páginas textuais, incluída a capa, divididas em três tópicos, sendo que, no último, acompanha a lista das personalidades que o assinaram. Os tópicos são os seguintes: introdução, manifesto ecossocialista internacional e por que ecossocialismo?

Na introdução encontram-se as informações iniciais referentes à ideia de sua redação pelos autores anteriormente mencionados, bem como o evento, local, ano e a revista internacional *Capitalism, Nature e Socialism* que irá realizar em 2002 a sua divulgação em editorial.

Segue ainda neste tópico um comentário referente ao momento histórico em que o mundo está imerso em uma circunstância de transição da ordem mundial vigente, para além das crises socioeconômica e ambiental, um fado inescapável que propaga que não há possibilidade de outra ordem que não seja a capitalista. Com intuito de enfrentar esse falso desígnio, o ecossocialismo é apresentado como proposta de diálogo, análise crítica e de organização em que se pretende que venham a convergir diferentes movimentos contestatórios.

No tópico seguinte, manifesto ecossocialista internacional, analisa-se a vinculação das crises sociais e ecológicas como provenientes das mesmas “forças estruturais” do capitalismo, nas quais a industrialização provoca os elevados danos ambientais e a globalização imperialista, a desintegração social e de sociedades.

A desmistificação da brutalidade destruidora do sistema deve ser realizada, identificando o capitalismo como autor responsável pelos desastres socioambientais, da despolitização, da cultura de massas e do consumismo com a meta do lucro e da acumulação do capital, subsidiado por um forte aparato militar que semeia violência e terrorismo. A solução

não se realiza por esse sistema, pois ele é baseado na regra “cresça ou morra”, por isso, seria impossível se colocar limites no processo de acumulação, o que não respeita os fundamentos da ecologia.

O manifesto postula: “Em suma, o sistema capitalista mundial está historicamente falido.” Consideramos tal síntese como equivocada, tendo em vista o vigor e a amplitude de hegemonia desse sistema global. Assim, não se trata apressadamente do que se pode desejar, mas da constatação fundamentada em fenômenos históricos evidentes e, apesar da intensidade das crises globais, não se pode verificar ainda com nitidez essa falência como pretérita, pois “a coruja de Minerva” está em pleno voo. No entanto, o sentido proposto é pertinente no contexto de um manifesto político, que é o de convocação para a luta!

Apesar de o manifesto ecosocialista internacional criticar uma compreensão fatalista inescapável em relação ao capitalismo, por sua vez, o documento substitui essa compreensão por outra, de idêntico teor: “Se o capital deve ser superado, uma tarefa dada como urgente considerando a própria sobrevivência da civilização, o resultado será necessariamente “socialista”, pois esse é o termo que designa a passagem a uma sociedade pós-capitalista” (2012, p.3).

Reconhecemos nessa passagem uma vertente interpretativa da ortodoxia marxista que defende leis históricas deterministas, com uma visão teleológica, a qual foi exemplarmente criticada por considerar que as lutas e revoluções são um processo de construção, do fazer coletivo dos seres humanos como sujeitos históricos, que podem ou não ter sucesso, não há finalidade inevitável. Outras vertentes do pensamento político que construíram essa crítica se aproximam dessa compreensão tais como os marxistas heterodoxos, os autonomistas e os libertários, recordando respectivamente os autores anteriormente citados: Thompson, Castoriadis, Gorz e Bookchin.

O argumento fatalista dessa passagem do manifesto não resume integralmente o seu teor, tendo em vista:

se dizemos que o capital é radicalmente insustentável e se degenera em barbárie, [...], então estamos também dizendo que precisamos construir um “socialismo” capaz de superar as crises que o capital iniciou. E se os “socialismos” do passado falharam nisso, é nosso dever, se escolhemos um fim outro que não a barbárie, lutar por um socialismo que triunfe. Da mesma forma que a barbárie mudou desde os tempos em que Rosa Luxemburgo enunciou sua profética alternativa, também o nome e a realidade do “socialismo” devem ser adequados aos tempos atuais (2012, p.3).

Constata-se a prática de um balanço crítico que reconhece os primeiros fracassos do socialismo, sem, no entanto, considerá-lo como superado, considerando, assim, a necessidade da realização de luta para que o mesmo consiga alcançar a vitória, por isso, procuram adequar o seu nome aos tempos atuais, daí - ecossocialismo.

No tópico final, por que ecossocialismo?, o manifesto expressa sua definição sobre o mesmo.

Entendemos o ecossocialismo não como negação, mas como realização dos socialismos da “primeira época” do século vinte, no contexto da crise ecológica. [...] o ecossocialismo se baseia na visão de que capital é trabalho passado e reificado, e se fortalece a partir do livre desenvolvimento de todos os produtores e meios de produção, ou, em outras palavras, a partir da não separação entre produtores e meios de produção (2012, p.4).

Compreende-se o ecossocialismo como uma continuação dos socialismos de fins do século XIX e início do século XX, com a incorporação dos problemas ambientais que expressam a crise ecológica, que atingiu magnitude global em fins daquele século e início do XXI. Fundamenta-se na perspectiva de que capital é o resultado da atividade humana, trabalho que transforma ideias e relações sociais em objetos, mercadorias, coisificando-as como objetos de troca e crítica, portanto, essa alienação, a separação capitalista entre produtores e meios de produção.

O manifesto reconhece que os esforços do socialismo do início do século XX não tiveram sucesso, sem aprofundar essa análise, alegando sua complexidade; no entanto, menciona alguns desses agravantes:

os diversos efeitos do subdesenvolvimento no contexto de hostilidade por parte das potências capitalistas. Essa conjuntura teve efeitos nefastos sobre os socialismos existentes, principalmente no que se refere à negação da democracia interna associada à apologia do produtivismo capitalista, o que conduziu ao colapso dessas sociedades e à ruína de seus ambientes naturais (2012, p.4).

Dessa forma, o reconhecimento desses efeitos prejudiciais, considerados na citação, prejudicou enormemente tanto a sociedade do socialismo existente no período, quanto seus ambientes naturais. Destaque-se aqui a contribuição crítica do ecosocialismo ao socialismo da primeira geração, por este ter adotado uma reprodução piorada do modelo produtivo capitalista.

Postula que a meta da produção socialista no contexto ecológico ocorreria

em relação aos “limites ao crescimento”, essencial para a sustentabilidade da sociedade. Isso sem, no entanto, impor escassez, sofrimento ou repressão à sociedade. O objetivo é a transformação das necessidades, uma profunda mudança de dimensão qualitativa, não quantitativa. Do ponto de vista da produção de mercadorias, isso se traduz em uma valorização dos valores de uso em detrimento dos valores de troca, um projeto de relevância de longo prazo baseado na atividade econômica imediata (2012, p.4).

A expressão “limites do crescimento” nos sugere uma referência direta à obra elaborada pelo MIT contratado pelo Clube de Roma em 1972, com o objetivo de simular e analisar interpenetrações dos sistemas social e natural e o resultado dessa previsão apontou para a ocorrência de colapsos socioambientais. Com isso, o manifesto abaliza a busca da sustentabilidade da sociedade sem violência, sofrimento e penúria decorrentes desses colapsos. A proposta é de transformar as necessidades da dimensão quantitativa para a

qualitativa, com o objetivo de priorizar os valores de uso em contraposição aos valores de troca diretamente por meio da atividade econômica e com perspectiva de longo prazo.

Considerações finais

Ponderamos em nossas considerações derradeiras o destaque no manifesto das noções ecossocialistas como provenientes das análises críticas realizadas, em nosso caso, pelos autores e obras selecionadas, em que se prioriza a crítica ao sistema produtivo capitalista, tanto no aspecto da alienação nas relações sociais, quanto na compreensão do pertencimento à natureza e na lógica da dinâmica temporal e de recomposição dos ciclos naturais e fluxos energéticos, onde o ecossistema natural é distinto da concepção em vigor do mundo máquina, visto como um acelerado produtor infinito de mercadorias.

Finalmente, faz-se necessário ressaltar que o conceito de necessidades se encontra intrinsecamente inserido na práxis histórica das sociedades; no caso, o sistema capitalista globalizado, vigente e hegemônico, produz “necessidades” das mais diversas, coisas-mercadorias, sem as quais poderíamos nos sentir insatisfeitos. Daí as definirmos como “necessidades sociais”. Como aquilatá-las em preferência de importância mediante o atual contexto socioambiental? Precisamos de mais e de diferentes tipos de material de maquiagem, alimentação, higiene, vestuário, softwares etc.?

O sistema produtivo capitalista hegemônico em nível global tem como pressuposto inevitável o crescer ou morrer, interferindo de forma destrutiva nos processos de relação metabólica homem – natureza; por isso, a colaboração da ecologia política ao socialismo, que foi colocado por muitos no “lixo da história”, possibilita-o de se renovar e se reciclar pela inultrapassável história!

Referências

- BOOKCHIN, Murray et all. *Deep ecology & anarchism. A polemic*. London: Freedom Press, 1993.
- BOOKCHIN, Murray. *The ecology of freedom: the emergence and dissolution of hierarchy*. Montreal/New York: Black Roses Books, 1991.
- CASTELLO BRANCO, Carlos Frederico. Incorporando ao socialismo a visão de justiça ambiental. In: *Contribuições para a construção da tese ecosocialista: Informações Sistematizadas*. Disponível em: www.ecodebate.com.br/pdf/ecossocialismo.pdf. Acessado: 10 jul. 2013.
- CASTORIADIS, Cornelius; COHN-BENDIT, Daniel. *Da ecologia a autonomia*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- COLLINGWOOD, Roger. G. *A Idéia da natureza*, Lisboa: Editorial Presença, 1986.
- DUPUY, Jean-Pierre. *Introdução à crítica da ecologia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- ENGELS, Friedrich. *A Dialética da natureza*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- ENZENSBERGER, Hans Magnus. *Para una critica de la ecologia política*. Barcelona: Anagrama, 1974.
- FOSTER, John Bellamy. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Trad. Maria Teresa Machado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FOSTER, John Bellamy. *The Ecological Revolution: making peace with the planet*. New York: Monthly Review Press, 2009.
- FROMM, Eric. *Anatomia da destrutividade humana*, Trad. Marco A. de M. Matos. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- FROMM, Eric. *Ter ou Ser?* 2ª ed. Trad. Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1996.
- FUSER, Igor. *Ecomarxismo e crise ambiental*. Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2009/trabalhos/ecomarxismo-e-crise-ambiental.pdf. Acessado: 11 jul. 2013.

GORZ, André. *Capitalisme, socialisme, écologie: désorientations orientations*. Paris: Galilée, 1993.

GORZ, André. *Écologie et Politique*. Paris: Galilée, 1975.

KOVEL, Joel. *The enemy of nature: the end of capitalism or the end of the world*. 2ª ed. London/New York – Halifax/Winnipeg: Zed Books/Fernwood Publishing, 2011.

LÖWY, Michael. *Ecologia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 2005.

MANIFESTO ECOSSOCIALISTA INTERNACIONAL. Disponível em: http://www.terrazul.m2014.net/IMG/pdf/manifesto_ecosoc_int.pdf. Acessado: 31 jan. 2012.

MARCUSE, Herbert. La ecología y la crítica de la sociedad moderna. *Ecología Política – Cuadernos de Debate Internacional*. Barcelona, n. 5, p.73-79, 1993.

MARX, Karl. *O Capital*. Livro 1, vol. 1. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MUNHOZ, Sidnei J. Guerra Fria: um debate interpretativo. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *O século sombrio*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2004, p. 261-281.

O'CONNOR, James. *Natural causes: essays in ecological Marxism*. New York: Guilford Publications, 1997.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20*. Disponível em: <http://www.uncsd2012.org/thefuture> wewant.html. Acessado: 22 out. 2013.

ROEGEN, Georgescu. *The entropy law and the economic process*. Cambridge: Harvard University Press, 1971.

ROSSET, Clement. *A Anti-Natureza*. Trad. Getúlio Puell. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

SCHIMIDT, Alfred. *El concepto de naturaleza em Marx*. Madrid: Siglo Veintiuno, 1976.

STAHEL, Andri Werner. Capitalismo e entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e uma busca de alternativas sustentáveis. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo, Cortez, 1995.

THOMPSON, Edward P. *Exterminismo e Guerra Fria*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Brasiliense, 1985.

TIEZZI, Enzo. *Tempos históricos, tempos biológicos*. Trad. Frank Roy Cintra Ferreira e Luiz Eduardo de Lima Brandão. São Paulo: Nobel, 1988.

WILLIAMS, Chris. *Ecology and socialism: solutions to capitalist ecological crisis*. Chicago: Haymarket Books, 2010.

